

Lusíada



Repositório das Universidades Lusíada

Universidades Lusíada

Saraiva, Luís Miguel da Silva, 1960-

**Ideologia e habitação : os modelos de habitação
do Estado Novo**

<http://hdl.handle.net/11067/4888>

Metadados

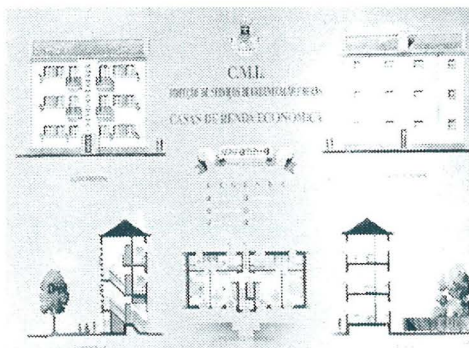
Data de Publicação

1999

Tipo

bookPart

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:25:10Z com
informação proveniente do Repositório



Plano de Alvalade - habitações do tipo 1, série 1



Habitações sociais do tipo A - Vila Viçosa

IDEOLOGIA E HABITAÇÃO

OS MODELOS DE HABITAÇÃO DO ESTADO NOVO

LUIS SARAIVA

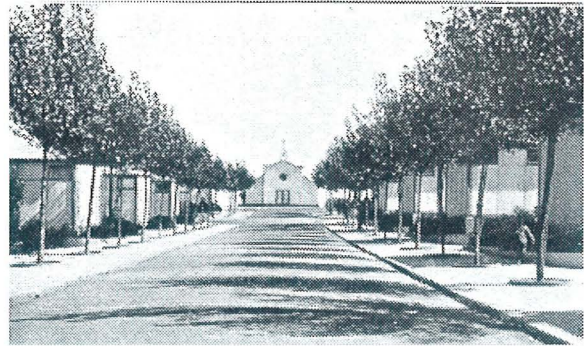
De acordo com o tema "habitação, propõe-se uma reflexão sobre a identificação, análise e caracterização de tipos e as influências, dos modelos de habitação do "Estado Novo", enquadrada na perspectiva ideológica do regime. Nesta perspectiva distinguem-se em termos gerais, dois momentos; um período anterior à 2^o guerra mundial, de afirmação da "1^a geração de modernistas," de características racionalistas marcado por influências da "Bauhaus" e de Le Corbusier,¹ em que o discurso ideológico do regime assume um papel preponderante na representação arquitectónica, e um período posterior a esta guerra, caracterizado pela decrescente visibilidade deste discurso ideológico, em simultâneo com a emergência de um outro, assente no "modernismo internacionalista", da Carta de Atenas, que se afirma através da denominada "2^a geração de modernistas".

O 1^o PERÍODO - O contexto anterior à 2^o Guerra Mundial.

O primeiro período sucede a uma fase de consolidação política e económica (num contexto internacional de recessão), que não introduz diferenças fundamentais em termos de política de habitação e urbanística, mantendo-se na generalidade as políticas herdadas da I República embora, em termos legislativos, se preparem as bases políticas do quadro legal que viria a influenciar o período posterior. É marcado pela promulgação da Constituição de 1933, que institui o "Estado Novo e com ele a organização corporativa do Estado, o instrumento fundamental na organização de todas as actividades da sociedade portuguesa. Neste período, o alcance político e social da questão habitacional revela-se extraordinariamente importante para o regime. A habitação torna-se um instrumento político/ideológico de afirmação da sua capacidade de realização e que, para além das



Bairro de "Casas Económicas" - Alto da Ajuda

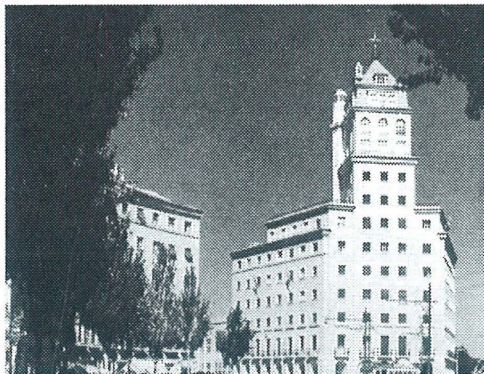


Bairro "Casas Desmontáveis" - Quinta do Casalinho

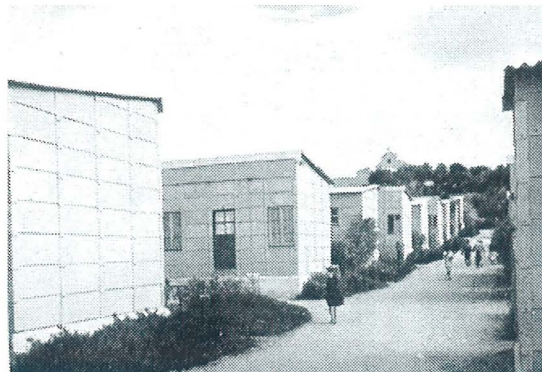
preocupações no plano social, é também encarada como um factor de estabilidade. Por outro lado é um veículo privilegiado para fazer passar o seu discurso nacionalista, no apelo aos valores da Nação. A habitação surge então como a **representação "física" de um discurso ideológico** assente nos valores culturais nacionais, como parece aliás decorrer da teorização da «Casa Portuguesa».

O conceito de família.

Na origem das opções tomadas na concretização dos tipos de habitação, está o conceito de família, a «célula irredutível» da estrutura social do Estado Novo, conceito que encerra duas vertentes; **uma vertente** de características essencialmente ideológicas, que considera e valoriza a família como a génese e salvaguarda das virtudes tradicionais da sociedade rural portuguesa (de que o catolicismo é parte integrante), pelo que o Estado assume a obrigação de protegê-la, criando as condições necessárias ao seu "desenvolvimento natural", de acordo com as características que o regime encontra no povo português, das quais destaca o seu "sentido de individualidade"; **uma segunda vertente**, relaciona-se com os factores produtivos da estrutura corporativa. De facto, este conceito de família surge na base da organização social do Estado Novo e integrada na lógica corporativista, uma vez que a sua estrutura hierárquica (que decorre da própria designação do "chefe de família"), traduz uma definição dos papéis de cada elemento no seu seio, à semelhança do que acontece na própria organização corporativa. Aliás estas são preocupações particularmente dirigidas à classe operária, considerada a mais sujeita aos aspectos desgastantes da unidade familiar - *«Inútil pretender dignificar a família operária e elevar o seu nível moral, se as mulheres casadas tiverem que abandonar os lares para fazerem turnos nocturnos nas fábricas e se os menores de ambos os sexos se sujeitarem desde verdes anos à vida áspera das oficinas e aos perigos que daí resultam, (...).»*² Neste sentido, a habitação é um factor importante na defesa da família mas também o é para o processo de produção uma vez que influencia o rendimento do trabalhador ("chefe de família") instituindo-se como um factor de reprodução das forças produtivas (a que parece até possível



Praça do Areeiro



Bairro de "Casas Desmontáveis" - Quinta das Fumas

associar um papel biológico).

Por outro lado, o Estado, ao assumir a responsabilidade de tornar acessível a "habitação familiar", fá-lo estabelecendo um contrato a longo termo³, o que por sua vez se constitui também como um factor de estabilidade do próprio regime, ao associar a capacidade económica da família com a segurança e manutenção do emprego (e daí o seu alcance político).

O tipo de habitação unifamiliar.

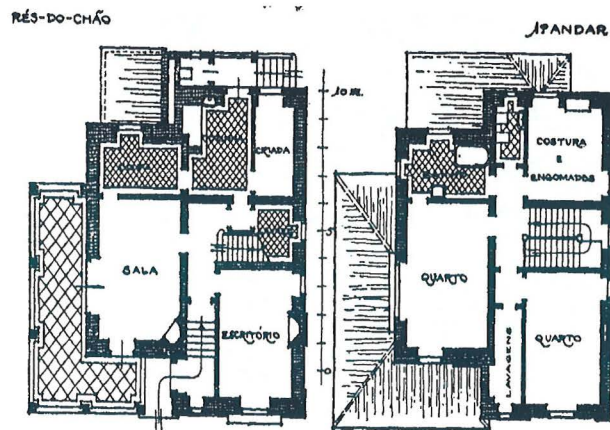
A opção pelo tipo de habitação unifamiliar é tomada num período de forte intervencionismo do Estado, no âmbito das Obras Públicas dos anos 30, e exprime a importância política e social que o regime atribui a esta questão. As políticas de habitação, e particularmente a "habitação económica", ao privilegiar o desenvolvimento da família e a defesa dos valores que esta representa, torna a adopção do tipo de habitação unifamiliar uma **opção natural**.

As origens deste modelo remontam à antiga discussão da «Casa Portuguesa» do final do século passado, iniciada por um pequeno grupo de intelectuais (de que se destacam Gabriel Pereira, Henrique Neves, e Paula e Oliveira), grupo que procura reagir à importação indiscriminada de modelos exteriores, e cuja acção se vai traduzir na procura de um tipo "nacional" (aliás nunca coerentemente definido), que represente os valores culturais portugueses. A este conceito inicial está associada a moradia unifamiliar burguesa, representativa do poder da classe através da propriedade, mas sem uma conotação ideológica concreta.

O Estado Novo, vai precisamente introduzir um **conteúdo ideológico** evocativo dos valores culturais nacionais, neste "modelo" da «Casa Portuguesa», para o qual é fundamental a contribuição de Raul Lino, como um dos principais teóricos do regime em termos de habitação, na tradução, interpretação e "teorização" do conceito. As convicções que expressa na sua obra teórica e prática, contra o que denomina «(...) o caminho da simplificação e do regime colectivo (...)», e na defesa de uma arquitectura que reflecta «(...) as próprias reacções nacionais (...)»⁴ tornam-no num dos principais defensores da "arquitectura portuguesa",



Casa num "subúrbio do Porto" Raul Lino



Planta do R/C e do 1.º andar

em oposição ao "maquinicismo" do "modernismo internacionalista" «(...) que ameaça subverter de vez não só a casa portuguesa, como todo o panorama da nossa arquitectura.»⁵

As referências feitas pelo regime aos modelos colectivistas do tipo dos "falanstérios" reforçam as razões da adopção do modelo de habitação unifamiliar como um tipo de habitação mais adequado às características do povo português e que simultaneamente promove a integração da classe operária na estrutura corporativa. «(...) A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa. (...) Eis porque não nos interessam os grandes falanstérios, as colossais construções para habitação operária, com os seus restaurantes anexos e a sua mesa comum.»⁶

É este conteúdo ideológico, de negação dos valores colectivistas de um urbanismo internacionalista e desumanizado considerado o responsável pela progressiva incompatibilização do indivíduo com a sociedade industrial, que vai permitir ao regime transformar este tipo de habitação num figurino nacional, largamente utilizado nas soluções que adopta nas políticas de habitação, e particularmente nos programas de «casas económicas».

Em termos formais, esta habitação define-se como "uma maneira bem portuguesa" de construir, adoptando uma imagem ruralizante através da integração de elementos arquitectónicos e decorativos de várias regiões do país, da qual faz parte um pequeno terreno adjacente à "casa". **Em termos funcionais**, a organização interna desta "casa" assenta numa distribuição hierarquizada (à semelhança do que acontece com o conceito de família), através da atribuição de funções específicas aos compartimentos. Esta especialização funcional é reforçada pelo mobiliário com que por vezes se equipam estes fogos de origem, o que aliás demonstra também o carácter pedagógico que o regime pretende imprimir à habitação. Pretende-se assim que a habitação seja um factor de elevação social e moral da família, como aliás também o propõe o Movimento Moderno⁷.

O 2º PERÍODO - O pós-guerra.

O segundo período inicia-se sensivelmente no final da 2ª Guerra Mundial, num contexto internacional que favorecia internamente



Prédio de rendimento na Av. Defensores das Chaves 1937, Arq. Cassiano Branco



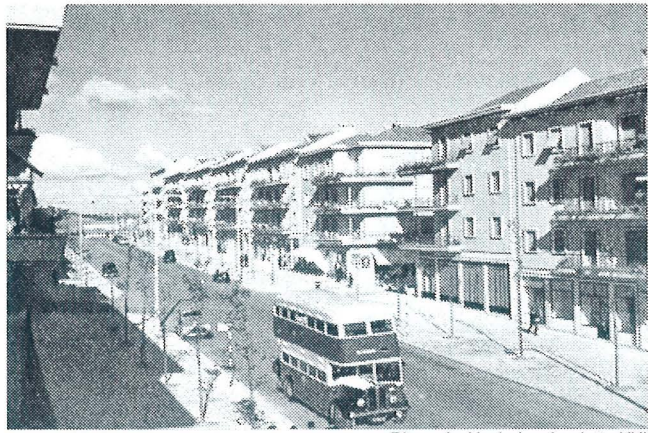
"Casas Desmontáveis" Bairro Quinta das Furnas

a organização de movimentos de oposição política. Por outro lado, este novo contexto propicia uma lógica de desenvolvimento industrial, que implica a reorientação da política de Obras Públicas até então seguida, acentuando o problema habitacional dos grandes centros urbanos provocada pela crescente migração rural para as cidades, em particular para Lisboa e Porto.

O bloco de habitação colectiva.

As razões que parecem estar na origem do progressivo abandono da moradia unifamiliar são essencialmente de ordem pragmática. A opção vai passar pela adopção de um tipo de habitação que permita uma resposta mais eficaz às crescentes pressões demográficas, a que o bloco de habitação colectiva parece mais adequada. É uma política assente na economia de escala, numa perspectiva de conjunto que associa a questão da habitação ao planeamento urbano.⁸

No entanto, embora de decrescente visibilidade ideológica, os anos 50 vão ainda reflectir os princípios do tipo de habitação unifamiliar inicialmente adoptado. De facto, embora os aspectos ideológicos pareçam ter sido remetido para um segundo plano, (cedendo o lugar à "nova ideologia" no espírito da Carta de Atenas), mantêm-se, no essencial, as características básicas que materializam a relação entre a família e a habitação, inicialmente pretendidas aquando da implementação do tipo de habitação unifamiliar. Identificam-se como: - **a especialização funcional** da moradia unifamiliar, com base numa metodologia assente em critérios considerados de base científica, (o estudo da vida quotidiana da família, o estudo das áreas mínimas necessárias às funções atribuídas, a configuração geométrica dos compartimentos e do fogo etc.), de que o RGEU será a cartilha; - **o regime de Propriedade Horizontal**, que transpõe para o bloco de habitação colectiva o espírito da moradia unifamiliar, ou seja, a posse individualizada a «casa própria», como já vimos, um dos factores de segurança da família, e por inerência, também do regime: - **a adopção de blocos de habitação** colectiva nos programas de habitação de «Casas Económicas», que no final dos anos 40 e 50, na generalidade, variam entre três e quatro pisos, e que desta forma, se constituem um meio termo (quase um modelo rural) entre a moradia unifamiliar e os grandes blocos de habitação colectiva das experiências europeias do mesmo período: - **o princípio de miscigenação social**, por ventura mais perceptível com este tipo de habitação,



Plano de Alvalade - Av. João XXI

continua a ser uma forma de integração social, mas também um factor de diluição de potenciais conflitos sociais. Aliás este bloco colectivo, do tipo esquerdo/direito, geralmente constituído por 6 a 8 fogos é ensaiado em Alvalade e passa a ser considerado o tipo mais adequado para a resolução do problema da habitação nos grandes centros urbanos. A importância de Alvalade decorre justamente pelo facto de ter sido um “laboratório” deste tipo de propostas urbanísticas e habitacionais, permitindo retirar lições que se reflectiram nas políticas de habitação futuras. Com Alvalade, estabelece-se a **ponte ideológica** entre o modelo de habitação unifamiliar e o bloco colectivo de habitação, no sentido em que este se constitui na reprodução massificada (e em altura) do tipo da moradia unifamiliar.

A partir do final da década de 50, assiste-se a um decrescer da visibilidade ideológica do regime, que ao adoptar uma atitude de crescente pragmatismo na resolução da questão habitacional e urbana, parece assumir uma cumplicidade com a denominada “2ª geração de arquitectos”, processo que aliás decorre também com o concurso dos técnicos municipais. É uma cumplicidade que assenta na conveniência que o regime encontra na rigidez e no determinismo dos princípios operativos do Movimento Moderno, embora utilizados em contextos políticos e ideológicos porventura divergentes.

Janeiro de 1999

NOTAS:

¹ Estes arquitectos têm uma formação ecléctica, integrada numa perspectiva modernista e em ruptura cultural com o academismo.

² Sub-Secretariado de Estudos das Corporações e Previdência Social, “Dez Anos de Política Social 1933-1943”, Lisboa, 1943.

³ Através dos seus programas de habitação social, «Casas Económicas», contratos que na generalidade eram por um período de 20 anos.

⁴ Raul Lino, “Casas Portuguesas”, 5ª edição, Valentim de Carvalho, Lisboa

⁵ Idem

⁶ O. Salazar, “Discursos e notas políticas”, Coimbra Editora, Coimbra, 1935, Vol. I

⁷ É uma organização espacial de características funcionalistas nos mesmos princípios operativos que observa o movimento moderno dos anos 20/30, embora em contextos políticos diferentes (porventura ideologicamente divergentes).

⁸ Em Lisboa, é particularmente importante a acção da CML, ao privilegiar a constituição de um património fundiário, que permita promover e integrar os empreendimentos habitacionais do Estado nos seus planos de urbanização.